



PARECER ÚNICO Nº 0704345/2017 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 42970/2013/001/2015	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva – LOC		VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos

EMPREENDEDOR:	Southern Cone Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda	CNPJ:	08.997.873/0001-22
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Três Barras	CNPJ:	08.997.873/0001-22
MUNICÍPIO:	São Gonçalo do Abaeté - MG	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS 84 LAT/Y 18°00'35"S LONG/X 45°25'46"			
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
BACIA FEDERAL: Rio São Francisco		BACIA ESTADUAL: Entorno da Represa de Três Marias	
UPGRH: SF4		SUB-BACIA: Rio Abaeté e Ribeirão Gameleira	
CÓDIGO: G-03-02-6	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Silvicultura		CLASSE 3
CONSULTORIA: Nativa Serviços Ambientais		REGISTRO: CREA MG 4122	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 140343/2015			DATA: 03/12/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Larissa Medeiros Arruda Gestora Ambiental	1332.202-9	
Ledi Maria G. Oppelt Analista Ambiental	365472-0	 Ledi Maria G. Oppelt Analista Ambiental SUPRAM NOR - Masp 3654720
Rafael Vilela de Moura Gestor ambiental	1364162-6	 Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental MASP 1.364.162-6
De acordo: Ricardo Barreto Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental	1148399-7	 Ricardo Barreto Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental SUPRAM NOR MASP 11483997
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	 Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual SUPRAM NOR Masp.11383114



1. Introdução

O presente Parecer Único trata da solicitação de Licença de Operação Corretiva – LOC realizada pelo empreendedor Southern Cone Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda., na Fazenda Três Barras, onde é desenvolvida a atividade de silvicultura de *Eucalyptus* sp.

O processo foi formalizado nesta Superintendência em 19/02/2015, e foram entregues o Plano de Controle Ambiental – PCA, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, entre outros documentos.

A vistoria no empreendimento foi realizada em 03/12/2015, momento em que foi verificado que o empreendimento estava operando suas atividades sem a devida licença de operação. Por conseguinte, foi o mesmo autuado por meio do Auto de Infração nº 94597/2017, de 22/06/2017, recebendo as penalidades de multa simples e de suspensão das atividades.

Importante ressaltar que foi identificada uma intervenção em área de reserva legal, que conforme imagens de satélite apresentadas pelo empreendedor, são consideradas uso antrópico consolidado, anterior a 22/07/2008, nos termos do art. 59 da Lei 12.651/2012, tendo sido solicitada apresentação de Projeto Técnico de Recomposição da Flora – PTRF – para recuperação da sobredita área que sofreu intervenção ambiental.

O empreendimento continuou operando por meio da assinatura do Termo de Compromisso Ambiental nº 018/2017, celebrado em 20/07/2017, válido até 20/07/2018.

Com a assinatura do Termo, o empreendedor comprometeu-se a executar as medidas e condicionantes técnicas, observando rigorosamente o cronograma de adequação a seguir estabelecido:

1) *Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como dar destinação adequada aos filtros de óleos, estopas contaminadas e sedimentos contaminados a empresas regularizadas ambientalmente, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005. Manter os recibos da destinação na propriedade para atender eventuais fiscalizações. Prazo: Durante a vigência do TAC.*

Condicionante cumprida.

2) *Apresentar Plano de Conservação de Água e Solo, com ART e cronograma executivo, que contemple a implantação e manutenção de curvas em nível e bacias de contenção nas áreas de lavoura, estradas e carregadores. Executar integralmente após apreciação da SUPRAM NOR. Prazo: 120 dias.*

Condicionante cumprida.

Foram solicitadas informações complementares por meio do OF/SUPRAM/NOR Nº 376/2015 e 2793/2015, cujos atendimentos ocorreram nos dias 01/04/2015 e 03/06/2016.

Importante ressaltar que o empreendedor requereu, tempestivamente, a continuidade da análise do processo com a incidência das normas previstas na Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, nos termos do art. 38, III, da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017.

Os estudos foram realizados pela consultoria Nativa Serviços Ambientais Ltda. e tiveram participação da seguinte equipe técnica:

Nome

Nome	Registro
Ricardo de Sousa Santana - Biólogo	CRBio 44729/04-D
Roberto D. Ribeiro da Glória – Eng. Florestal	CREA 95668
Murilo Mariz - Biólogo	CRBio 87430/D
Adriano Marques de Souza – Biólogo	CRBio 37451/04-D
Yuri Simões Martins – Biólogo	CRBio 62134/04
Rafael Zeferino Gomes – Biólogo	CRBio 76548/04
Felipe Talin Normando – Biólogo	CRBio 57255/04
Cristiane Castañeda – Geóloga	CREA 61700
Angelica Tatiana Estevam – Geógrafa	CREA 156658/D
Cledson Jones B. Ribeiro – Eng. Ambiental	CREA 176958/D
Andréa Barboza – Geógrafa	CREA 104009
Diógenes R. Costa – Arqueólogo	--

A área de plantio é de 1.061,82 hectares e o projeto está totalmente instalado (não haverá novas ampliações de área de plantio). A distribuição das áreas do empreendimento por ocupação e uso do solo estão relacionadas na Tabela 2.

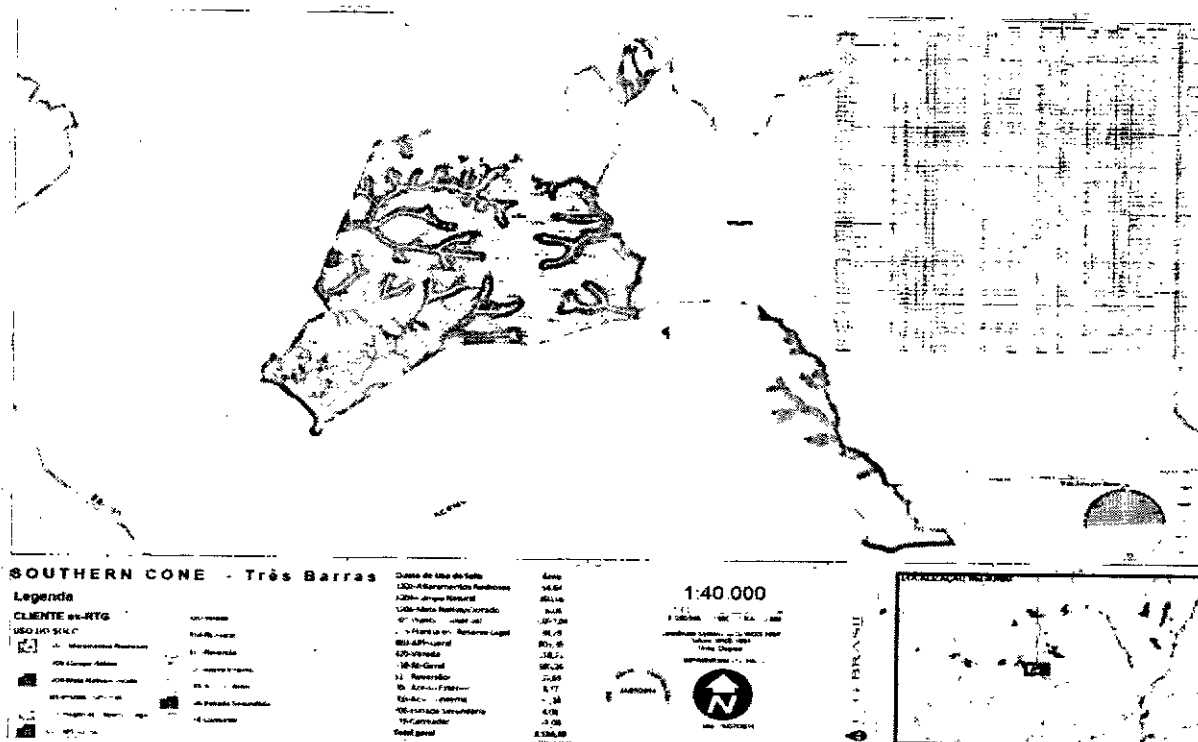


Figura 1. Mapa de ocupação e uso do solo da fazenda Três Barras.



Tabela 2. Distribuição de uso e ocupação do solo.

Uso do solo	Área (hectare)
Afloramentos rochosos	63,20
Campo natural	360,70
Plantio comercial	1065,34
Cerrado	14,02
APP	808,64
Veredas	112,82
Reserva Legal	639,50
Aceiro externo	2,69
Aceiro interno	52,16
Estrada secundária	4,01
Cárreador	12,08
TOTAL GERAL	3.144,5072

2:1 Silvicultura

O sistema adotado pela Southern baseia-se na silvicultura e manejo de *Eucalyptus* sp. espécie que comprova excelente adaptação as condições de clima e solo da região e que atende todas as características técnicas exigidas pelos processos dos clientes.

O manejo da empresa considera a obtenção de madeira a partir de dois diferentes regimes de produção das plantações florestais. O primeiro considera o plantio e corte raso das florestas aos sete anos, seguido da reforma das áreas e implantação de novo material genético. O segundo regime de manejo consiste na condução de rebrota nos povoamentos e corte raso ao final de mais um ciclo de sete anos.

A produção considera um IMA - Incremento Médio Anual, previsto de 30 a 40 m³/ha/ano, para a produção do eucalipto, resultando em um volume de 280 m³/ha, ao final de cada ciclo de sete anos.

As operações de implantação florestal iniciam-se com o preparo do solo e vão até o terceiro ano de manutenção. Após esse período, a floresta encontra-se estabelecida, ficando os períodos posteriores por conta das operações de manejo, controle de formigas e proteção florestal.

O empreendimento também inclui a delimitação das áreas com vegetação natural (reserva legal e preservação permanente) e de outros usos (infraestrutura de pátios, escritórios entre outros), necessárias ao atendimento dos aspectos legais e ao desenvolvimento das atividades imprescindíveis à implantação das florestas. Em resumo, costumam-se realizar o planejamento florestal em três etapas, compostas por preparo do solo, plantio e manutenção.

- Planejamento

O planejamento de uso e ocupação do solo é uma fase importantíssima que deve ser priorizada; é a base para a obtenção de maiores índices de produtividade em termos de volume de madeira. Inicia-se o mapeamento da área, através de imagem de satélite ou outras ferramentas disponíveis. Com base no mapeamento, elabora-se uma proposta de uso da propriedade.



identificando áreas de Reserva Florestal Legal, Preservação Permanente (APP), área útil para plantio, outras áreas, estradas e talhonamento.

- Preparo do solo

O preparo do solo contempla aquelas atividades que são executadas antes do plantio prioritariamente dito, sendo estas: talhonamento e demarcação de áreas; abertura e reforma de estradas; combate a formigas; controle de ervas daninhas; gradagem e subsolagem; fertilização do plantio. Além destas, incluem-se atividades de correção e adubação do solo.

- Plantio e replantio

A escolha do espaçamento de plantio, na maioria dos planejamentos florestais, tem sido fundamentada simplesmente no uso final da madeira, negligenciando-se outros envolvimento ecológicos/silviculturais de suma importância.

O espaçamento tem uma série de implicações do ponto de vista silvicultural, tecnológico e econômico. Ele influencia as taxas de crescimento das plantas, a qualidade da madeira, a idade de corte, bem como as práticas de exploração e manejo florestal, e, conseqüentemente, os custos de produção. Portanto, o espaçamento a ser adotado para a plantação de *Eucalyptus* spp. Foi de 3,5 m x 2,5 m e 5 m x 5 m. Isto resultará em diferentes densidades, variando de 1.666 até 400 árvores por hectare. Isso equivale dizer que cada indivíduo ocupará uma área, variando de 6 a 22 m².

A distribuição das mudas é feita com o auxílio de uma carreta comum, sem as guardas laterais, onde se colocam as caixas de mudas. Esta carreta é puxada por um trator médio, com rodados de pneus, que vai seguindo o alinhamento; operários ao lado da carreta vão colocando as mudas nas marcas.

Segundo os estudos o grande diferencial deste projeto é que será realizado o plantio durante todas as épocas do ano, pois será utilizado hidrogel e ocorrerá irrigação das mudas no período mais seco do ano.

A limpeza pode ser realizada manualmente, mecanicamente ou quimicamente. A limpeza mecânica pode ser feita com grades leves e semipesadas, enxadas rotativas e roçadeiras. A capina química é realizada somente nos dias sem chuva com uso de herbicida pós-emergente (glifosato).

O replantio é feito manualmente, e é bastante oneroso. Essa atividade só se justifica quando a sobrevivência de plantio é inferior a 90%, devendo ser realizada, no máximo, 30 dias após o plantio. Trata-se apenas de repor as mudas que morreram.

- Manutenção

Os eucaliptos, de modo geral, na fase inicial de crescimento, são espécies altamente sensíveis à competição de ervas daninhas. Há três métodos que podem viabilizar os tratos culturais: manual, mecânico e químico. Frequentemente, são utilizadas combinação entre dois desses processos.

O trato mecanizado é, na maioria das vezes, realizado em combinação como manual, mesmo nos locais em que a declividade do terreno permite total uso das máquinas.

Com o objetivo de evitar que incêndios florestais atinjam a fauna e a flora das áreas plantadas, de preservação permanente e reserva legal, será estruturado um programa de prevenção e combate, baseado nas seguintes ações: manutenção constante de aceiros e estradas principais,



para reduzir a possibilidade de entrada de fogo vindo de outras áreas limitrofes; Implantação de torres de observação, sistemas de radiocomunicação, treinamento de brigada de incêndio, construção de tomadas de água em pontos estratégicos e aquisição de veículos, equipamentos e ferramentas específicas para a prática de combate a incêndios florestais; Implantação de campanha educativa de prevenção contra incêndios florestais em escolas, propriedades vizinhas, comunidades locais e junto aos trabalhadores da Southern e contratadas.

3. Caracterização Ambiental

Para realização dos estudos ambientais de meio biótico, físico e socioeconômico, foram definidas as áreas de influência do empreendimento. A Área Diretamente Afetada (ADA) corresponde aos terrenos já ocupados pelo empreendimento de silvicultura e aqueles projetados para a operação das estruturas de atividade e estradas de acessos. A Área de Influência Direta – AID do empreendimento de floresta plantada da Southern definido neste estudo como uma área de buffer (1 km, mas também incluindo as áreas de reserva legal, que recebem os impactos de segunda ordem, resultou em uma área de 12.542 ha.

Para a caracterização da Área de Influência Indireta – AII dos meios físico e biótico, foi considerada a área em que poderão ser estendidos os impactos denominados de terceira ordem ou indiretos das atividades relacionadas a produção florestal, como estradas, aceiros das áreas de replantio de talhões, que são definidos geograficamente dentro das bacias hidrográficas do empreendimento.

3.1. Meio Biótico

3.1.1 Flora

O estudo de flora utilizou os dados do EIA da fazenda Forquilha, considerada AII da fazenda Três Barras. Neste EIA foram identificadas diferentes caracterizações fisionômicas da vegetação do bioma Cerrado na AID, englobando três formações: as florestais, as savânicas e as campestre. Sendo as formações florestais representadas por matas ciliares e floresta estacional, as formações savânicas representadas por cerrado *senso stricto* e veredas e formações campestres representadas pelos campos e campos cerrados.

Os trabalhos de campo foram realizados nos dias 15 a 17 de fevereiro de 2014, e, 10 a 13 de maio de 2014. Para avaliar o comportamento e dinâmica da floresta foram instaladas parcelas circulares de raio de 7 metros (totalizando uma área amostral de 153,9 m²), em pontos aleatórios por toda a AID e AII.

A caracterização da vegetação registrou 24 famílias botânicas, sendo Fabaceae a mais representativa (22,78% do total), seguida por Vochysiaceae (22,56 %) e Annonaceae (6,94%). Foram aferidas 512 árvores distribuídas em 37 parcelas alocadas na área diretamente de influência direta e indireta do empreendimento. Cada parcela possuía 153,9 m² cada, totalizando assim 5.694,3 m² de área amostrada.

Nestas 512 árvores foram identificadas, pertencentes a 70 espécies diferentes, com destaque para a *Terminalia glabrescens*, que ocorreu em 17 das 37 parcelas amostrais, apresentando o maior



valor de importância (VI%), 6,14%, seguida por *Eugenia dysenterica* (6,08%), *Qualea grandiflora* (5,68%) e *Qualea parviflora* (5,64%).

Na área inventariada foram encontrados três estratos arbóreos (aspectos fitossociológicos), divididos em estrato inferior, médio e superior. Do número total de indivíduos amostrados, 8,45% das árvores encontram-se no estrato inferior ($H < 2,42$), 76,57% no estrato médio ($2,42 < H < 5,38$) e 14,97% no estrato superior ($H > 5,38$). Estes dados mostram que a maioria das árvores se encontram no estrato médio, seguindo uma distribuição normal, indicando que a floresta se apresenta em estágio de sucessão secundária.

Com relação a distribuição diamétrica, os dados mostram que a vegetação da área em estudo segue o padrão "J" invertido, típico de uma floresta inequianéa. Observa-se que o maior número de árvores se concentra nas classes diamétricas iguais ou inferiores a 8 centímetros de DAP, as quais totalizaram 215 árvores, 41,99 % dos indivíduos amostrados.

3.1.2 Fauna

- Entomofauna

Para o estudo da entomofauna foram realizadas duas campanhas, do dia 18 a 20 de fevereiro 2014 e do dia 06 a 08 de junho 2014, nas áreas de influência do empreendimento. Foram utilizadas duas metodologias, a principal a busca ativa, onde os troncos e serapilheira foram revirados para busca de indivíduos e rede entomológica (puçá) para captura de lepidópteros. Também foram utilizadas armadilhas para mosquitos (culicídeos). Foram ainda obtidos junto às Secretarias Municipais de Saúde das localidades amostradas os dados de incidência e prevalência das principais doenças transmitidas por vetores.

Foram encontrados na região insetos mais relevantes como abelhas, borboletas e dípteros de importância médica como pernilongos, muriçocas ou carapanãs. São bem comuns na região mosquitos flebotomíneos que transmitem a leishmaniose, mosca doméstica, mosca varejeira e a mosca dos estábulos.

- Ictiofauna

Foram realizadas duas campanhas de amostragem em março e junho de 2014. As coletas foram realizadas com consenso legal do Instituto Estadual de Florestas. Foram avaliados 7 pontos amostrais, compreendidos nos limites das fazendas pertencentes ao empreendimento e em seu entorno, localizados na área de influência do mesmo.

No presente estudo foram registradas durante as campanhas de campo realizadas no período chuvoso e seco, 21 espécies de peixes que estão inseridas em 06 Famílias da Ordem Characiformes e 03 Famílias da Ordem Siluriformes. Foram capturados 15,5 indivíduos/100m² totalizando 74,0 g de biomassa/100m². A espécie com maior abundância foi lambari (*Astyanax* gr. 2 *scabripinnis*) com 6,6 ind./100m² e o cascudo (*Hypostomus* cf. *macrops*) foi a espécie apresentou maior biomassa com 31,4 g./100m².

Durante o período seco registrou-se maior riqueza (16 spp.) quando comparado com o período chuvoso (12 spp.) O período chuvoso foi o qual registrou-se maior ocorrência de peixes por ponto amostral (28,5%). No período seco, foram registradas espécies de peixes apenas em 4 pontos (23,5%).



- Herpetofauna

O levantamento herpetofaunístico foi realizado entre os dias 01 e 04 de fevereiro de 2014 (estação chuvosa) e entre os dias 05 a 09 de junho de 2014 (estação seca). Para a realização do inventariamento, foram analisadas as formações vegetacionais significativas encontradas na área de abrangência do empreendimento e também áreas com diferentes graus de antropização.

Foi utilizada uma metodologia sistemática (busca ativa limitada por tempo) para a realização das análises estatísticas e metodologias complementares para composição qualitativa da taxocenose. Notoriamente a estação seca apresentou um número menor quando comparado ao resultado da estação chuvosa. Como o local do estudo possui alguns pontos antropizados e áreas abertas, foi possível registrar várias espécies típicas de áreas de Cerrado.

A família com maior representatividade no estudo dentre os anfíbios foi Hylidae, com 50% de representatividade, seguida pela Leptodactylidae e Leiuperidae. No que se refere aos répteis, a Família Dipsadidae, que é formada por serpentes geralmente não peçonhentas, foi a que obteve a maior representatividade em relação aos répteis (67%). As demais famílias tiveram somente 1 registro de espécie cada e, com isso, obtiveram 11% de representatividade cada.

Segundo apresentado, em todas as áreas de influência estudadas não foram registradas espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, carentes de dados científicos e/ou com algum grau de ameaça nas listas estadual, nacional e global de espécies ameaçadas.

- Avifauna

O levantamento avifaunístico foi realizado entre os dias 01 a 05 de fevereiro de 2014 (estação chuvosa) e entre os dias 03 e 08 de junho de 2014 (estação seca). Para a amostragem da avifauna presente na fazenda que compõe a área de estudo, foram utilizadas as técnicas de levantamento qualitativo: observações ocasionais, busca exaustiva, Playback e busca ativa, e de técnicas de levantamento quantitativo: transeção em linha. Foram selecionados pontos de amostragem de forma que as amostragens ocorressem nas áreas mais preservadas bem como em alguns locais antropizados.

Somando-se o resultado da taxocenose das duas estações na Fazenda Três Barras foram um total de 111 espécies de aves para a regional São Gonçalo do Abaeté. Essas espécies estão distribuídas em 38 famílias. A família com o maior registro durante o estudo foi a Tyrannidae. Esse fato já era esperado visto que essa família congrega um dos grupos mais diversificados de aves do mundo. A segunda família com o maior número de registro de espécies foi a Thraupidae (N = 13) seguida por Psittacidae (N = 7). A família Thraupidae compreende espécies de pássaros dos mais variados tipos sendo que a maioria das espécies é endêmica das Américas.

Ara ararauna é considerada como vulnerável no estado de Minas Gerais. *Cyanocorax cristatellus*, *Salpinctes obsoletus* e *Antilophia galeata* são endêmicas do Bioma Cerrado.

- Mastofauna

O levantamento foi realizado em duas campanhas, a primeira campanha ocorreu no mês de dezembro de 2013 a janeiro de 2014 e a segunda ocorreu de maio a julho de 2014. Nas duas campanhas foram realizadas prospecção (busca ativa) por busca de vestígios indiretos. Os censos foram feitos nas áreas das bordas das florestas de silvicultura e também dentro de áreas de



vegetação nativa. O sistema fotográfico utilizado no trabalho consistiu em câmeras da marca Wildgame.

Foram feitos 12 (doze) registros de mamíferos de grande porte nas áreas de influência da fazenda Três Barras. Dentre as espécies, todas apresentam especificidade de ambientes, sendo considerados bons indicadores de qualidade ambiental. Foram feitos 2 registros de pegadas de *Tapirus terrestris* (anta) na All da fazenda. Das espécies encontradas, *P. concolor*, *T. terrestris*, *M. trydactyla*, *M. gouazoubira* e *L. pardalis*, todas são espécies de deslocamentos longos e devem certamente usar a grande área de vegetação nativa existente na fazenda e até além da All.

Foram encontradas espécies como o lobo-guará que está quase ameaçado de extinção e o tamanduá-bandeira que está vulnerável de acordo com a lista de IUCN.

3.2. Meio Físico

A área de inserção do empreendimento no âmbito regional está contida na região centro-sul do Cráton São Francisco, que envolve rochas do Supergrupo São Francisco de idade Neoproterozóico e sedimentos cretácicos (Mesozóico) do Grupos Areado. A área de inserção do empreendimento no âmbito regional está contida na região centro-sul do Cráton São Francisco, que envolve rochas do Supergrupo São Francisco de idade Neoproterozóico e sedimentos cretácicos (Mesozóico) do Grupos Areado.

O Supergrupo São Francisco, a unidade de maior expressão areal do cráton homônimo, é composto pelos Grupos Macaúbas e Bambuí e constitui uma das principais unidades morfotectônicas de cobertura da Bacia do São Francisco.

Na All ocorrem, especificamente, litotipos do Grupo Bambuí, composto por uma sucessão de rochas marinhas carbonáticas e pelíticas, que, nas bordas da bacia e no topo, passam a conglomerados e arenitos. Nas AID/ADA, o conjunto litológico do domínio das coberturas recentes são responsáveis pela estruturação aplainada do relevo, correspondente a uma superfície de erosão.

Com relação a geomorfologia, a All do empreendimento abrange dentro da região Planaltos do São Francisco as escarpas erosivas que perfazem o limite sul da principal superfície aplainada da região, o Chapadão dos Gerais. Esta área também abrange porções que se caracterizam pelas formas de relevo mistas de aplainamento e de dissecação fluvial. A borda noroeste da All abrange formas de dissecação associadas a dinâmica fluvial do rio da Prata, sendo as áreas de menor altimetria desta área com cotas altimétricas entre 500 e 700 m.

As AID e ADA, também estão situadas na Unidade de Mapeamento Planaltos do São Francisco, abrangendo formas de relevo de aplainamento, escarpas erosivas e um misto de formas de aplainamento e de dissecação fluvial. A porção da ADA correspondente a fazenda Três Barras abrange formas de aplainamento, sendo esta área situada no topo de uma chapada, com superfície plana a suave ondulada de declividade inferior a 8% revestidas por mantos pedológicos espessos.

Nas AID e ADA das fazendas Três Barras e na All a distribuição de solos apresentou características muito semelhantes, sendo enquadradas em uma mesma descrição. Nessas áreas predominam Neossolo Quartzarênico. Dos cinco perfis amostrados nessas fazendas três foram enquadrados nesta classe.

Para realizar o levantamento espeleológico foi realizado um inventário na ADA e seu entorno em um raio de 250 metros. O levantamento bibliográfico foi focado em rochas que apresentam



potencial à geração de cavidades, além da checagem dos dados oficiais do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) e do Cadastro Nacional de Cavernas da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), entre outros.

O conjunto litológico do Grupo Areado e coberturas recentes são responsáveis pela estruturação do relevo, marcado por amplas áreas planas tabulares da AID/ADA. Portanto, sob o ponto de vista deste conjunto litológico, não há probabilidade para existência de elementos para carstificação ou predispostos à dissolução nos litotipos que afloram nas ADAs e seu entorno de 250 metros para áreas de estudos espeleológicos.

Com relação ao clima, pelos dados da estação meteorológica de João Pinheiro – MG, observa-se que a região possui duas estações bem definidas: uma seca e uma úmida com duração de cerca de 7 meses cada uma. Segundo a classificação de Köppen, como Aw - Clima tropical, com temperatura no inverno superior a 18°C e chuvas concentradas no verão.

Com relação a hidrografia, a área de influência está inserida na bacia do rio São Francisco, precisamente na unidade fisiográfica Alto São Francisco, abrangendo parte das sub-bacias dos ri Abaeté e Paracatu e do ribeirão Gameleira, tributários de sua margem esquerda.

A ADA da fazenda Três Barras é limitada a oeste pelo Córrego do Frade e a leste pelo córrego Três Barras, que estabelece o limite entre ela e a fazenda Forquilha. A porção nordeste da fazenda Três Barras é drenada por um dos tributários da vereda capivara, cujas águas são drenadas para o córrego do Frade. Na porção NE da AII vertem águas ao sul para uma drenagem tributária do ribeirão Gameleira e a norte ao córrego Água Suja, também um tributário deste ribeirão que deságua diretamente no rio São Francisco.

3.3. Meio Socioeconômico

Para o meio socioeconômico a AID corresponde ao domínio dos imóveis do entorno, onde estão sendo projetadas as atividades florestais. O Distrito de Luizlândia do Oeste (Município de João Pinheiro) foi diagnosticado como o limite populacional que recebe as influências do empreendimento, em relação principalmente a oportunidades de emprego e desenvolvimento da economia local. Como AII para o meio socioeconômico, considerou-se o Município de São Gonçalo do Abaeté.

Regionalmente o empreendimento é impactado socioeconomicamente pelo município de São Gonçalo do Abaeté, sendo classificada como uma cidade pacata, com população estimada em 2010 de 6.264 habitantes. O município é formado pelos distritos da Sede e Canoeiros. O seu IDH é 0,670, que é considerado médio.

A renda per capita do município cresceu 133,18% nas últimas duas décadas passando de R\$ 354,44 reais em 2000 para 502,57 reais em 2010. A extrema pobreza diminuiu de 7,95% em 2000 para 5,32% em 2010. Em 2010 das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais 36,97% trabalhavam com agropecuária, 2,39% na indústria extrativa, 1,43% na indústria de transformação, 6,67% na construção, 0,27% nos setores de utilidade pública, 13,9% no comércio e 31,83% no setor de serviços.

O empreendimento está muito próximo de um distrito do município de João Pinheiro, chamado Luizlândia do Oeste, também conhecido como JK. O seu crescimento se desenvolveu ao longo das BR's 040 e 365 e está restrito pelas fazendas de grãos e eucaliptos da região. Possui aproximadamente 2000 habitantes sendo eles compostos de imigrantes de variadas localidades.



Apesar de absorver pouca mão-de-obra no distrito, aproximadamente 47 pessoas, o empreendimento traz oportunidade de emprego e fortalecimento do comércio local. As refeições oferecidas aos funcionários são oriundas de uma empresa do próprio distrito. A manutenção de veículos e maquinário usados no empreendimento é realizada no distrito, porém quando necessita de mão-de-obra especializada são encaminhados à João Pinheiro.

Luizlândia possui duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual. A municipal atende o ensino infantil que vai desde o 1º ano até 5 anos de idade. A escola estadual trabalha com o ensino fundamental e médio do 1º ao 9º ano. Os jovens que procuram se aperfeiçoar na educação com cursos profissionalizantes e faculdades vão para João Pinheiro ou Patos de Minas distante 130 km do distrito.

O diagnóstico na ADA, segundo os estudos é que de que não há na área estudada, nenhuma interferência sócioeconômica devido o empreendedor utilizar toda sua extensão territorial para o manejo florestal.

3.4 Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE

De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais, o empreendimento é considerado uma Zona Ecológica Econômica de ordem 2. A Zona Ecológica Econômica 2 é definida como: Áreas de potencial social baixo e reduzida vulnerabilidade natural que demanda ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem alto poder de resiliência, aumentando a efetividade ou potencializando ações mitigadoras.

Foram avaliados pelo ZEE os índices de risco ambiental, qualidade ambiental, vulnerabilidade à erosão, vulnerabilidade de recursos hídricos, integridade da flora e integridade da fauna.

- Risco ambiental: a maior parte do empreendimento é de baixo risco ambiental. As áreas de plantio foram enquadradas em risco ambiental alto pelo alto grau de antropização causado pelo plantio de eucalipto.

- Qualidade ambiental: a área do empreendimento está inserida em uma Zona de Qualidade Ambiental Baixo e Média. Em virtude do risco de incêndios, uso intenso da região para silvicultura e, principalmente por atividades desencadeadoras de processos erosivos, como estradas, ratificam a informação.

- Vulnerabilidade à erosão: a totalidade da área do empreendimento se encontra em duas zonas de vulnerabilidade erosiva alta. Esses fatores estão intimamente relacionados com a pedologia local, que, na porção de vulnerabilidade alta é formada por solos Neossolos (neossolos quartzarênicos), que possui grande capacidade erosiva.

- Vulnerabilidade dos recursos hídricos: os recursos hídricos, na área do empreendimento são considerados de alta vulnerabilidade. Esse fator está relacionado ao intenso uso do solo para silvicultura e bovinocultura na região. Essas atividades são impactantes para a qualidade da água superficial, devido principalmente erosão laminar.

- Integridade da flora: o bioma predominante na área do empreendimento é Cerrado, se apresentando no local como integridade predominantemente baixa. Segundo a consultoria, os dados de fitossociologia não indicaram diversidade reduzida na área, ao contrário, mostrou que os ambientes de reserva florestal legal do empreendimento são ricos e diversos, em comparação com outros estudos na mesma bacia do empreendimento. Assim, apesar dos dados do ZEE citar que a



integridade da flora é baixa, é considerado nesse estudo que o empreendimento, tanto em sua porção ADA e AID, possui integridade alta, conforme apresenta sua AII.

- Integridade da fauna: A integridade da fauna na área do empreendimento é considerada baixa. Esse indicador é o resultado da baixa qualidade da flora. Desta forma, registros ocasionais de espécies indicadoras podem ser registrados, embora não utilizando a região como área de vida, mas como corredor para ambientais mais diversos.

3.5 Patrimônio natural, cultural e arqueológico

Côm relação ao impacto social gerado pelo empreendimento, de competência de outros órgãos e entidades intervenientes, de que tratam o art. 27 da Lei Estadual nº 21.972/2016 e art. 26, do Decreto Estadual 47.383/2018, o empreendedor informou em 27/03/2016, por meio de ofício, que o empreendimento não representa impacto social em terra indígena, em terra quilombola, em bem acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em ár onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida.

No que tange os bens culturais, foi apresentada uma manifestação favorável à continuidade da operação do empreendimento por meio do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do município de São Gonçalo do Abaeté.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O empreendimento não faz uso de recursos hídricos.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não haverá intervenção ambiental. Na possibilidade de ocorrer, o empreendedor deverá comunicar previamente ao órgão competente, para que o mesmo analise a viabilidade socioeconômica e ambiental.

6. Reserva Legal

O empreendimento possui cinco matrículas que totalizam 3.144,5072 hectares. Todas as matrículas possuem áreas de reserva legal averbadas em áreas não inferiores a 20% do total, o que representa 639,50 hectares.

Vale ressaltar que houve intervenção em área de reserva, com plantio de eucalipto em uma área de 38,29 hectares. Por tal motivo, o empreendedor apresentou Projeto Técnico de Recomposição da Flora - PTRF, para recuperar a sobredita área.

6.1 Cadastro Ambiental Rural

O imóvel encontra-se devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR, nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013. Certifica-se que as áreas de preservação permanentes, reserva



legal e de uso consolidado declaradas no CAR são compatíveis com os valores reais do mapa da propriedade juntado aos autos.

7. Uso Antrópico Consolidado

Tendo em vista que houve intervenção em área de Reserva Legal, em 38,29 ha, para plantio de eucalipto, este parecer visa comprovar a ocupação antrópica consolidada em RL, anterior a 22/07/2008, nos termos do art. 59 da Lei 12.651/2012. As intervenções foram identificadas em vistoria realizada no empreendimento em 03/12/2015 e mensuradas pelo empreendedor por meio da apresentação de mapa georreferenciado. Para comprovar a ocupação antrópica consolidada em RL, o empreendedor apresentou uma série de imagens de satélite disponíveis na base pública do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, no site <http://www.dgi.inpe.br/CDRS>, com análise de imagens Landsat 5 e 8, órbita 219, ponto 72, com resolução de 30 metros para as bandas analisadas. Foi identificado por esse método que as intervenções na fazenda Três Barras ocorreram em meados da década de 1980. Por tratar-se de área de Reserva Legal será condicionado neste Parecer Único a recuperação da referida área, conforme já apresentado em Projeto Técnico de Restituição da Flora – PTRF, com cronograma de execução.

8. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

- **Alteração na qualidade do ar:** impacto causado por emissões fugitivas (poeiras) por arraste eólico e trânsito de máquinas e equipamentos. Impacto negativo de baixa magnitude.

Medidas mitigadoras: as ações são propostas no Programa de Manutenção das Estradas e Manutenção dos Veículos e Equipamentos Agrícolas.

- **Ocorrência de processos erosivos e carregamento de sedimentos:** impacto gerado pela exposição do solo. Ocorre a formação de sulcos erosivos laminares e superficiais decorrentes do escoamento superficial concentrados das águas das chuvas.

Medidas mitigadoras: as ações são propostas nos Programas de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação das Estradas e Acessos.

- **Alteração dos níveis de pressão sonora:** impacto gerado pelo trânsito de máquinas e equipamentos. Impacto negativo de baixa magnitude.

Medidas mitigadoras: as ações mitigadoras estão propostas nos Programa de Manutenção dos veículos e implementos agrícolas.

- **Alteração do microclima local:** causado por inserção de espécie exótica, promovido pelo plantio, corte, manutenção e colheita.

Medidas mitigadoras: ações para manutenção do plantio estão no Programa de Prevenção e Combate a Incêndios.

- **Perda de indivíduos da flora por efeito de borda:** Replântio em áreas da ADA.



Medidas mitigadoras: Monitoramento de flora, Programa de Educação Ambiental, Plano de Prevenção de Incêndios Florestais.

- **Afugentamento e atropelamento da fauna:** o impacto ocorre nas atividades de limpeza de talhões abandonados em estágio inicial de regeneração, no plantio e manutenção das florestas. Impacto negativo e alta magnitude.

Medidas mitigadoras: Programa de Monitoramento da Fauna, criação de Corredores Ecológicos, Programa de Educação Ambiental.

- **Disposição Inadequada de resíduos:** atividades de adubação nas florestas, troca de peças nos implementos agrícolas, veículos e alimentação dos trabalhadores.

Medidas mitigadoras: Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

- **Impactos da colheita florestal:** impacto gerado na colheita do material lenhoso de natureza negativa e baixa magnitude.

Medidas mitigadoras: as ações mitigadoras estão contempladas no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Contenção de Processos Erosivos.

- **Sequestro de carbono:** impacto positivo causado pelo incremento de biomassa na matriz florestal plantada que capta carbono da atmosfera e transforma em biomassa florestal se comparado com a floresta nativa é considerado um ganho no balanço de carbono.

Medidas mitigadoras: para potencializar os efeitos a empresa mantém investimentos em pesquisa para aumento do rendimento da biomassa em suas florestas.

- **Aumento da empregabilidade e melhoria da qualidade de vida:** O uso da mão de obra local representará um impacto positivo para a população, tendo em vista a falta de oportunidades de trabalho, sobretudo na AID.

Medidas mitigadoras: Plano de Priorização da mão de obra e do comércio local.

9. Programas e/ou Projetos

9.1 Programa de Contenção de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas

O programa consiste no planejamento e posterior execução de ações de contenção de processos erosivos. Assim, para cada local a ser recuperado será elaborado um projeto ou plano específico, sendo que o conjunto de ações e dos planos comporá o programa de recuperação das áreas degradadas.

O programa visa minimizar sempre que possível na origem ou mesmo prevenir os impactos significativos sobre diferentes variáveis ambientais decorrentes dos processos de preparo do solo e movimentação de terra necessários ao plantio.

Como solicitado por meio de ofício de informações complementares, o empreendedor apresentou um plano de conservação de água e solo para o empreendimento. O plano consiste na construção de travesseiros e caixas de retenção nos aceitos e/ou em pontos críticos dentro dos



talhões, com o objetivo de evitar/minimizar erosão nos aceiros/estradas e o assoreamento dos mananciais de água.

A construção das caixas de contenção e camalhões demorará em torno de 5 meses e a manutenção destes será feita durante todo o ano, durante a vigência da licença de operação.

9.2 Programa de Técnicas Silviculturais

Tem como objetivo a produção e manutenção dos povoamentos de forma a atingir os propósitos estabelecidos no tempo determinado para proporcionar os benefícios decorrentes da atividade florestal. Através de práticas silviculturais o empreendedor conhece seu projeto de modo a saber quando e como intervir na floresta de modo a conseguir um alto rendimento, mas sem afetar o equilíbrio ecológico.

O cronograma não pode ser padronizado em virtude das variáveis climáticas e operacionais da logística do empreendimento.

9.3 Programa de Destino Adequado dos Resíduos Sólidos

Esse programa se justifica pelo fato de se tratar de um grande projeto de silvicultura com intervenções em vários municípios, especialmente nos seus ambientes rurais e eventualmente nos seus ambientes urbanos que demandarão de obras e atividades humanas e que por isso terão fontes geradoras de resíduos sólidos.

Estão previstas atividades como: inventário e minimização de resíduos, procedimentos para estocagem que acontecerá em áreas pré-estabelecidas, destinação final dos resíduos e estocagem temporária.

O cronograma iniciará após a aprovação do licenciamento ambiental e finalizará com o fim do projeto.

9.4 Programa de Implantação de Técnicas de Disciplina no Uso de Insumos Agrícolas

São objetivos do programa estabelecer procedimentos e cuidados ambientais e de segurança para a lavagem, armazenamento e descarte de EPIs utilizados para aplicação de agrotóxicos por prestadores de serviço nas frentes operacionais e estabelecer critérios, procedimentos e cuidados ambientais para a lavagem, disposição e retorno de embalagens de agrotóxicos utilizados nas frentes operacionais.

As atividades do programa serão desenvolvidas durante a operação do empreendimento.

9.5 Programa de Manutenção dos Veículos e Equipamentos Agrícolas

O objetivo é prevenir a contaminação do solo, dos aquíferos e dos recursos hídricos nas áreas do empreendimento. Esses equipamentos quando em estado de conservação precário proporcionam o risco de acidentes e derramamentos de óleos no solo.

A manutenção pode ser corretiva ou preventiva (periódica). O programa será executado de forma contínua durante a operação do empreendimento.



9.6 Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Os incêndios florestais, casuais ou propositados são causadores de grandes prejuízos tanto ao meio ambiente quanto ao próprio homem e suas atividades econômicas.

O objetivo do programa é criar procedimentos de mitigação, controle e prevenção de incêndios florestais. São propostas medidas preventivas como construção e manutenção de aceiros, de fontes de água, monitoramento meteorológico e redução de material combustível retirando material seco da bordadura dos talhões e empurrando para dentro.

Os planos para proteção para incêndios envolvem um sistema de detecção de focos e comunicação, formação de brigadas de combate a incêndios florestais, equipamentos de proteção individual (EPI) e veículos de combate a incêndios florestais. O combate ao incêndio florestal envolve as seguintes etapas: detecção dos incêndios, comunicação, mobilização, deslocamento e planejamento do combate.

O cronograma já está em vigência e deve continuar ocorrendo até o final do ciclo de vida do empreendimento.

9.7 Programa de Monitoramento e Qualidade das Águas

O programa visa acompanhar as alterações provocadas na qualidade da água pelas atividades de silvicultura do empreendimento. Serão monitoradas alterações na qualidade das águas, bem como alterações pontuais que possam ocorrer no entorno de fontes de pontuais de contaminação, subsidiando a adoção de medidas de controle para eventuais problemas que possam ser constatados. Além disso, o monitoramento visa fornecer subsídios ao processo de renovação das licenças de operação do empreendimento.

As análises serão realizadas em todos os anos de operação do empreendimento no final do início da estação chuvosa a fim de verificar melhor as possíveis interferências no corpo hídrico.

9.8 Programa de Monitoramento de Fauna e Flora

O programa tem como objetivo monitorar a flora e a fauna terrestre em áreas selecionadas da área de influência direta do empreendimento, verificando padrões de distribuição sazonal em habitats sensíveis a influência antrópica, visando identificar ações de mitigação e seu aperfeiçoamento para medidas de manejo e conservação das espécies.

O monitoramento da fauna será realizado para os grupos da mastofauna, avifauna, herpetofauna e não haverá captura de indivíduos, apenas métodos indiretos de observação e coleta de dados.

O programa de flora propõe uma campanha por ano com entrega de relatórios anuais e relatório final. Os programas de fauna (mastofauna e avifauna) terão temporalidade semestral.

9.9 Programa de Comunicação Socioambiental



Esse programa tem por objetivo facilitar a comunicação entre a população e o empreendedor, desenvolvendo mecanismos de divulgação de benefícios e restrições decorrentes do empreendimento sobre os monitoramentos e as ações sociais do empreendimento.

O público alvo são funcionários e colaboradores do empreendedor, comunidades rurais ou urbanas presentes na AID e AII, lideranças políticas e sociais dos municípios atingidos e população em geral.

Será desenvolvido ao longo de 4 anos após a emissão da licença ambiental, onde serão desenvolvidos dois resumos públicos.

9.10 Programa de Priorização de Mão-de-Obra e Comércio Local

Tem como objetivo cuidar da preparação e da formação de pessoas para desempenhar tarefas durante todas as atividades do empreendimento, priorizando mão-de-obra local e também os fornecedores locais instalados em São Gonçalo do Abaeté e João Pinheiro.

O público alvo são os trabalhadores e comerciantes do município de São Gonçalo do Abaeté e João Pinheiro.

Os treinamentos ocorrerão em função da atividade planejada (plantio, corte, empilhamento e transporte) e também da produtividade de cada talhão.

9.11 Programa de Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Tem como objetivo geral o crescimento econômico e social através das potencialidades proporcionados pelo empreendimento para que as comunidades locais se apropriem de forma positiva dos impactos do empreendimento. Esse programa está relacionado diretamente com as ações previstas no programa de comunicação sócio ambiental.

São propostas a mobilização e duas palestras de capacitação de integrantes de associações e clubes de serviços dentro do assunto de maior relevância do distrito de JK e João Pinheiro.

O empreendedor já executa essa atividade e a consultoria recomenda a sua continuidade tendo em vista que o programa atende aos requisitos da certificação FSC/CERFLOR.

9.12 Programa de Apoio à Administração Pública

Tem como objetivo ampliar a capacidade de planejamento e gestão das administrações municipais para o desempenho de suas funções, com a efetiva participação da iniciativa privada e da sociedade organizada.

O empreendedor sempre que verificar demandas nas instituições que se relacionam com as comunidades rurais do entorno do empreendimento e também que for solicitada a sua colaboração em institutos, associações, departamentos oficiais, deverá participar desses fóruns permitindo a construção de um diálogo contínuo entre as demandas socioambientais.

Não existe cronograma fixo para esse programa sendo esse diálogo a depender do cenário encontrado em cada grupo de interessados.

9.13 Programa de Segurança e Saúde do Trabalhador



É composto por dois programas: Programa de Saúde do Trabalhador e Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho. O objetivo geral do primeiro programa citado é de prevenir e controlar impactos ambientais sobre a saúde do trabalhador e dos clientes da Southern, de modo a mitigar os impactos da sobrecarga de saúde do sistema público. Este programa deve começar antes do início das atividades do empreendimento e durar até o fim das atividades.

O segundo programa tem o objetivo de atender a Norma Regulamentadora (NR) 7. O objetivo geral do programa deve priorizar o atendimento à saúde dos trabalhadores diante dos riscos ambientais utilizando-se para tal de metodologia de estudo epidemiológica preventivista.

Esse programa já se iniciou junto com a mobilização para a etapa de instalação do empreendimento, perdurando até os dias de hoje.

9.14 Programa de Educação Ambiental

Possui objetivo de disseminar o conhecimento sobre o ambiente a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. Criar condições para que a população local possa debater e refletir a respeito do trato com o meio ambiente de uma maneira mais ampla e inserida no seu cotidiano, tendo em vista os princípios e critérios da certificação florestal.

O público alvo são os funcionários da empresa e escolar rurais próximas a área do empreendimento. Serão realizadas palestras para contextualizar os espectadores sobre o ambiente que os cerca e a importância da região onde executam suas atividades, confecção de materiais pedagógicos como placas em locais estratégicos com slogan de proteção a fauna e treinamentos introdutórios sobre atividades técnicas e procedimentos operacionais, uso correto de agrotóxicos, segurança no trabalho, poluição ambiental entre outros.

Após a aprovação da licença de operação do empreendimento, o programa de educação ambiental está proposto para ser implantado durante todo o período de sua validade, podendo este ter planejamento para atender todos os trabalhadores do projeto, desde aqueles do setor administrativo aos ligados a área de plantio, manutenção e colheita. Segundo o estudo o programa já está em funcionamento devido a certificação FSC/CERFLOR e recomenda-se a sua manutenção a mesma temporalidade, ou seja, uma campanha anual.

9.15 Programa de Aquisição de Novas Propriedades

O objetivo do programa é estabelecer diretrizes para o licenciamento ambiental na aquisição das futuras propriedades destacando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Consiste ainda no atendimento às diretrizes e orientações constantes no programa de forma a evitar duplicidade de estudos nas áreas já prospectadas e diagnosticadas.

9.16 Programa de Jovens Aprendizizes

O objetivo do programa é contribuir para viabilizar processos de produção econômica para a geração de trabalho e renda de produtores rurais e entidades organizadas e solidárias onde a empresa desenvolve atividades. Tem a finalidade de promover a profissionalização da juventude.



O público alvo são alunos do ensino médio nas comunidades rurais próximas ao empreendimento. São previstas atividades de cursos para 15 estudantes do 2º grau em Técnicas do Agronegócio com duração de 80 horas a ser ministrado com a participação de estudantes dos municípios do entorno do empreendimento.

A previsão é que dure 4 anos após a aprovação da licença de operação com elaboração de relatórios anuais e relatório final.

9.17 Projeto Técnico de Restituição da Flora – PTRF

Tendo em vista que o empreendedor implantou atividade de silvicultura em área de Reserva Legal, visando a minimização dos impactos causados, apresentou Projeto Técnico de Restituição da Flora – PTRF, para a recuperação de 38,29 ha da área antropizada, conforme mapa apresentado, com o plantio de espécies nativas do bioma local com as devidas medidas de condução e de acordo com o cronograma de execução, presente no PTRF.

10. Compensações

O instrumento de política pública que intervém junto aos agentes econômicos para a incorporação dos custos sociais da degradação ambiental e da utilização dos recursos naturais dos empreendimentos licenciados em benefício da proteção da biodiversidade denomina-se Compensação Ambiental, prevista no art. 36, da Lei Federal nº 9.985/2000.

A Lei nº 9.985/2000, conhecida por Lei do SNUC, estabelece em seu artigo 36 que:

"Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei".

Segundo o Decreto nº 46.953/2016, a competência para fixação da compensação ambiental é da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas do COPAM, cujo órgão técnico de assessoramento é o Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Segundo a Resolução CONAMA nº 01/1986 e de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ambiental apresentados e o exposto neste Parecer Único, concluímos que a atividade em questão é considerada de significativo impacto ambiental, havendo, assim, a obrigatoriedade de se realizar a compensação ambiental. Por tal motivo, sugerimos a seguinte condicionante:

"Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012".

11. Controle Processual

O processo encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação legalmente exigível, de acordo com o respectivo Formulário de Orientação Básica Integrado.



A reserva legal do empreendimento encontra-se devidamente regularizada, conforme consta no item 6 deste Parecer.

Não há previsão de supressão de vegetação e/ou intervenção em Área de Preservação Permanente – APP.

Não há utilização de recursos hídricos no empreendimento, nos termos do item 4 deste parecer.

No presente caso é necessária a realização de compensação ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.985/2000, uma vez que, conforme consta no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Controle Ambiental – EIA/RIMA, o empreendimento é considerado causador de significativo impacto ambiental. Consta no Anexo I, deste Parecer, condicionante específica referente à compensação ambiental.

O empreendedor requereu, tempestivamente, a continuidade da análise do processo com a incidência das normas previstas na Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004, nos termos do art. 38, III, da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017.

12. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Noroeste de Minas sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em Caráter Corretivo, para o empreendimento Fazenda Três Barras da Southern Cone Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. para a atividade de "Silvicultura", no município de São Gonçalo do Abaeté/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela SUPRAM NOR.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a SUPRAM NOR, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a SUPRAM NOR, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

13. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda Três Barras.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda Três Barras.

Anexo III. Relatório Fotográfico Fazenda Três Barras.



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda Três Barras

Empreendedor: Southern Cone Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda.

Empreendimento: Fazenda Três Barras

CNPJ: 08.997.873/0018-70

Município: São Gonçalo do Abaeté - MG

Atividade: Silvicultura

Código DN 74/04: G-03-02-6

Processo: 42970/2013/001/2015

Validade: 10 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
02	Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como dar destinação adequada aos filtros de óleos, estopas contaminadas e sedimentos contaminados a empresas regularizadas ambientalmente, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005. Manter os recibos da destinação na propriedade para atender eventuais fiscalizações.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
03	Adequar o Programa de Educação Ambiental, de acordo com o Termo de referência para elaboração dos programas de educação ambiental não formal, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 214/2017. Executar as ações após a apreciação da SUPRAM NOR.	120 dias
04	Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.	120 dias
05	Apresentar, anualmente, relatório técnico-fotográfico que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
06	Apresentar programa específico para o monitoramento de fauna das espécies ameaçadas de extinção e endêmicas do cerrado, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Executar integralmente após apreciação da SUPRAM NOR.	120 dias
07	Executar o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, que contempla área de intervenção na Reserva Legal, conforme cronograma executivo apresentado.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
08	Apresentar Cadastro Técnico Federal – CTF – de todos os profissionais responsáveis pelos estudos apresentados.	120 dias

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da Fazenda Três Barras

Empreendedor: Southern Cone Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda.
Empreendimento: Fazenda Três Barras
CNPJ: 08.997.873/0018-70
Município: São Gonçalo do Abaeté - MG
Atividade: Silvicultura
Código DN 74/04: G-03-02-6
Processo: 42970/2013/001/2010
Validade: 10 anos

1. Monitoramento do solo

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Nas áreas de plantios, com amostras em glebas homogêneas. Nas profundidades de 0-20 e 20-40 cm.	Nitrogênio, Fósforo, Magnésio, Potássio, Sulfatos, Sódio, Cálcio, Matéria Orgânica, pH, Condutividade Elétrica, CTC (capacidade de troca catiônica), Saturação de Bases.	Anual

Relatórios: Manter arquivado os resultados das análises efetuadas, disponibilizando para futuras fiscalizações. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM Noroeste de Minas, face ao desempenho apresentado;

- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações, e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Relatório Fotográfico da Fazenda Três Barras

Empreendedor: Southern Cone Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda.

Empreendimento: Fazenda Três Barras

CNPJ: 08.997.873/0018-70

Município: São Gonçalo do Abaeté - MG

Atividade: Silvicultura

Código DN 74/04: G-03-02-6

Processo: 42970/2013/001/2010

Validade: 10 anos



Foto 01. Veredas do empreendimento

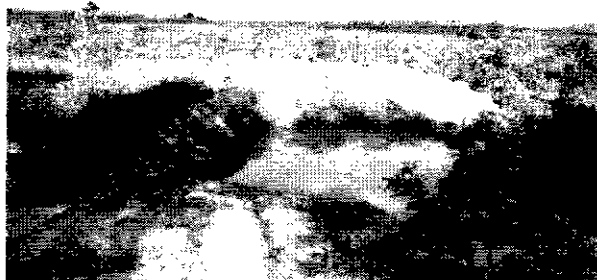


Foto 02. Bacia de contenção



Foto 03. Reserva legal do empreendimento



Foto 04. Plantio comercial

